

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.004158/2017-96

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de organização, coleta e registro de informações para o suporte às atividades relacionadas ao Núcleo de Dívida Ativa da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, conforme especificações, quantitativos e prazos constantes deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação pretendida visa subsidiar o Núcleo de Dívida Ativa da ANCINE e a Procuradoria Federal junto à ANCINE - PF-ANCINE, com trabalhos auxiliares, de natureza acessória e comum, com vistas a tratar o passivo de créditos fiscais da ANCINE, de forma a permitir maior celeridade no procedimento de análise e inscrições dos mesmos, estas últimas, atividades privativas de Procurador Federal.

2.2. A partir de abril do corrente ano, houve a implantação do Sistema Sapiens Dívida na PF-ANCINE, uma solução tecnológica desenvolvida pela Advocacia-Geral da União, de forma a dar mais efetividade, celeridade e segurança ao procedimento de inscrição de créditos em Dívida Ativa, levando-se em consideração que não havia na ANCINE sistema informatizado para inscrição e que todo o procedimento vinha sendo realizado de forma manual.

2.3. Neste cenário, o Núcleo de Dívida Ativa, atualmente, conta com, aproximadamente, 6.423 processos pendentes de análise e inscrição, com uma média, estimada, de 8,5 créditos, em cada processo, para serem analisados e inscritos. O que totaliza, aproximadamente, 54.595 créditos a serem cadastrados, analisados, inscritos e encaminhados para cobrança judicial.

2.4. A atividade de cadastro é de natureza comum, de caráter instrumental e acessório, enquanto que as atividades de análise e inscrição são privativas de Procuradores Federais.

2.5. Diante do expressivo passivo de créditos, a implementação do Sistema Sapiens Dívida demanda um aumento quantitativo da força de trabalho, a fim de que sejam mantidos em níveis aceitáveis de segurança e qualidade os trabalhos relativos à organização, triagem e cadastramento de todo o passivo de créditos existente, evitando-se, assim, eventual risco de prescrição.

2.6. Ademais, o Sistema Sapiens Dívida permite que o cadastro dos créditos seja feito por meio da prestação de serviço terceirizado (colaboradores).

2.7. O Núcleo de Dívida Ativa conta com 4 servidores concursados, 2 secretários e 2 estagiários, dentre os servidores concursados, um é o responsável pelo Núcleo.

2.8. Enquanto não for totalmente implementado o Sistema Sapiens Dívida, as atividades desenvolvidas de organização dos processos, elaboração de comunicações de cobrança, atualização de valores, emissão de guias de arrecadação, formalização de TDA e CDA e outras, continuam sendo realizadas manualmente pelos servidores.

2.9. Assim, em face das novas rotinas, adotadas no interesse público, e diante da necessidade de dar andamento célere ao passivo existente, propõe-se a citada contratação, com vistas ao auxílio na

organização e cadastramento de processos e respectivos créditos, de forma a apoiar a realização de atividades relacionadas ao Núcleo de Dívida Ativa.

2.10. A referida prestação de serviços não se dará de forma continuada e deve observar a disposições contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 2, de 30 de abril de 2008.

3. JUSTIFICATIVA PARA OS QUANTITATIVOS

3.1. O Núcleo de Dívida Ativa gere, atualmente, para efeito de suas atividades, 9.092 processos, dos quais, aproximadamente, 6.423 encontram-se pendentes de tratamento.

3.2. De acordo com informações levantadas do Sistema SIGA, a média de entrada de processos no Núcleo, nos últimos 3 anos, é de 1.811 processos/ano.

3.3. A média estimada de créditos por processo é de 8,5, baseada no número de créditos e processos cadastrados no Sistema Sapiens Dívida.

3.4. Assim, tem-se, aproximadamente, um total de 54.595 créditos pendentes de cadastro no Sistema.

3.5. Considerando-se o cadastro de, aproximadamente, 500 créditos por pessoa ao mês (média de 25 por dia). Verifica-se a necessidade de contratação de 4 colaboradores, por um período de 18 meses, para tratar do referido passivo.

3.6. A estimativa de número de créditos a serem cadastrados pessoa/mês levou em consideração o que fora realizado nos últimos 3 meses por servidor do Núcleo.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº. 10.520, de 2002.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da entidade licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da prestadora e a ANCINE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A prestação dos serviços deve ocorrer por meio de apoio às atividades relacionadas ao Núcleo de Dívida Ativa da ANCINE, caracterizados por:

5.2. Identificação e organização dos processos, de acordo com o devedor e a data de constituição dos créditos;

5.3. Conferência de dados, datas e documentos;

5.4. Elaboração de pequenos expedientes, de mero encaminhamento de processos;

5.5. Juntada de documentos nos autos dos processos, caso necessário.

5.6. Triagem de processos para cadastro no Sistema Sapiens Dívida;

5.7. Conferência e checagem dos cadastros realizados no Sistema Sapiens Dívida; e

5.8. Tramitação do processo para os Procuradores Federais responsáveis pela análise e inscrição de créditos.

6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

6.1. A prestação dos serviços deve ser realizada no Escritório Central da ANCINE, localizado na Av. Graça Aranha, nº. 35, Castelo, Rio de Janeiro-RJ.

6.2. A jornada diária de trabalho deve ser cumprida das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, com intervalo de 1 hora para almoço, de modo que os profissionais alocados na prestação cumpram um total de 40 horas de trabalho semanais.

7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A prestação dos serviços deve observar a produtividade de referência para cadastro no Sistema Sapiens Dívida, a partir da média de 25 créditos por dia, observando-se o zelo pela correção dos dados e documentos envolvidos.

8. PERFIS DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

8.1. Os serviços previstos neste Termo de Referência serão executados por profissionais cujo perfil contenha, no mínimo, as seguintes características:

8.2. Escolaridade mínima: ensino superior completo, em Direito, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Administração;

8.3. Experiência na análise de processos administrativos e/ou documentos públicos;

8.4. Conhecimento de microinformática;

8.5. Habilidade no manuseio de processos e documentos;

8.6. Capacidade de manter o sigilo das informações;

8.7. Capacidade de organização de dados e documentos;

8.8. Facilidade de trabalho em grupo; e

8.9. Capacidade de cumprir prazos e metas.

9. DA FORMAS DE REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. O modelo proposto para esta contratação é por disponibilidade de mão de obra (postos de trabalho).

9.2. Justifica-se a exigência da dedicação exclusiva da mão de obra (postos de trabalho) pela natureza das atividades de apoio, no sentido da organização, triagem e cadastro dos créditos no Sistema.

9.3. Além disso, a realização de atividades bastante diversificadas entre si, que possuem distintos níveis de complexidade e prazos de execução, afastam o emprego de uma métrica de aferição de desempenho baseada em valores unitários.

9.4. O quantitativo mínimo de postos de trabalho necessário para a execução das atividades previstas neste Termo de Referência, conforme justificativa descrita no item 2.

Perfil profissional do posto de trabalho	Quantidade
Assistente Técnico, com nível superior	4
Total	4

9.5. Como referência, utiliza-se os valores disponibilizados em pesquisa realizada na página eletrônica www.pisosalarial.com.br/salario/tabela-salarial/, onde consta tabela com piso, teto e média salarial das profissões, com base em pesquisa realizada em capitais e grandes cidades dos 26 Estados e Distrito Federal, para o ano de 2016. A média salarial de Assistente Técnico é de R\$ 4.219,71, sendo que o maior salário pesquisado é de R\$ 9.924,64.

9.6. Por outro lado, considera-se que o Rio de Janeiro é a segunda capital no "Ranking das Capitais" relacionado ao custo de vida (www.custodevida.com.br/ranking-capitais/).

Cargo	Salário
Assistente Técnico	R\$ 4.852,66

9.7. Assim, fora escolhida como referência o valor médio salarial para o nível profissional do cargo de Assistente Técnico, acrescido de um percentual estimado de 15%, considerando a posição do Rio de Janeiro no ranking de custo de vida, já que se objetiva reduzir a rotatividade da mão de obra e garantir a qualidade da contratação por meio da alocação de profissionais com qualificação e experiência compatíveis

com as atribuições descritas neste Termo de Referência, tendo em vista que a adequada execução das tarefas requer empregados com uma formação específica e qualificada, o que só é possível encontrar no mercado mediante uma remuneração compatível.

9.8. A remuneração de referência escolhida justifica-se ainda em razão do caráter excepcional e emergencial do serviço, que precisa garantir a disponibilização de uma mão de obra comprometida e qualificada, para que possa produzir os resultados nos prazos e níveis de qualidade esperados, de modo a zerar o passivo de processos/créditos pendentes de análise pelo Núcleo Dívida Ativa da ANCINE.

9.9. Ademais, como o presente serviço trata da coleta de informações para processos de cobrança, necessita-se de uma remuneração da mão de obra compatível com a sensibilidade, relevância e riscos da atividade, uma vez que eventuais falhas na execução dos serviços podem gerar prejuízos ao erário.

9.10. Ressalta-se que a jurisprudência do TCU, por meio dos Acórdãos TCU-Plenário nº. 614/2008 (voto revisor) e nº. 1.125/2009 autorizam a definição de piso salarial mínimo com objetivo de garantir a qualidade das contratações de serviço por disponibilidade da mão-de-obra ou postos de trabalho, conforme destacamos no trecho do voto do Ministro-Revisor no Acórdão nº. 614/2008:

“52.No entanto, com as devidas vênias por dissentir do Exmº. Ministro-Relator, no tocante aos demais tipos de licitações de execução indireta de serviços, sejam eles pagos por disponibilidade ou baseados na locação de postos de trabalho, entendo ser aplicável interpretação lógico-sistemática da Lei de Licitações e Contratos, com vistas a prioritariamente resguardar o interesse público.

53.Diante desse contexto, sob a égide do § 3º do art. 44 da Lei de Licitações, considero não ser pertinente vedar, de forma generalizada, a fixação de pisos salariais em editais de licitação de execução indireta de serviços. Na contratação de mão-de-obra terceirizada pela Administração Pública, há que se considerar dois aspectos: a obrigatoriedade de adoção dos pisos salariais definidos em pactos laborais e a possibilidade de serem estipulados valores mínimos de remuneração com base em pesquisas de mercado calcadas em dados fidedignos obtidos junto a associações e sindicatos de cada categoria profissional e com base em informações divulgadas por outros órgãos públicos. (grifos nossos)

54.Em cada caso concreto é que se poderá aferir se essa fixação de pisos salariais nas licitações de execução indireta de serviços pagos por disponibilidade ou baseados na locação de postos de trabalho configura-se na melhor solução para resguardar o interesse público”.

9.11. Assim, face às justificativas apresentadas acima, serão desclassificadas as propostas que apresentem remuneração salarial inferior ao estabelecido como referência neste Termo de Referência, ou cujos demais custos sejam manifestamente inexequíveis.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A execução dos serviços deverá ser gerenciada pela prestadora, por meio de preposto, dentre os 4 colaboradores, que fará o acompanhamento diário dos prazos, da qualidade e dos níveis de serviço, com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento das atividades ou o alcance dos níveis de serviço estabelecidos devem ser imediatamente comunicados à ANCINE.

10.2. A ANCINE será responsável pelo treinamento inicial dos empregados alocados pela prestadora de serviço para a execução das atividades previstas neste Termo de Referência, podendo solicitar, a qualquer tempo, a substituição dos que forem considerados sem o perfil ou características para a execução dos serviços, ou cuja produtividade for substancialmente inferior à média dos demais.

10.3. As eventuais substituições de empregados deverão ocorrer em um prazo máximo de 15 dias.

10.4. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, por parte do Responsável pelo Núcleo de Dívida Ativa da ANCINE, e será direcionada diretamente ao empregado escolhido para a sua execução, em conformidade com as necessidades do Núcleo de Dívida Ativa ao longo da contratação.

10.5. O preposto será informado mensalmente das demandas encaminhadas aos empregados alocados, mediante comunicação escrita, ficando a prestadora de serviço responsável pela garantia da qualidade e desempenho dos serviços, podendo alterar a indicação do empregado responsável para a execução da atividade.

10.6. O preposto deverá elaborar mensalmente relatórios sobre os serviços prestados, com a descrição das atividades desenvolvidas no período, bem como os quantitativos de todas as atividades

exercidas que possam ser quantificadas.

11. OBRIGAÇÕES DA ANCINE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela prestadora de serviço, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a prestadora por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4. Pagar à prestadora o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela prestadora de serviço.

12. OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA DE SERVIÇOS

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela ANCINE;

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990), ficando a ANCINE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à prestadora, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

12.7. Apresentar à ANCINE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à ANCINE;

12.9. Atender as solicitações da ANCINE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da ANCINE;

12.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a prestadora relatar à ANCINE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.12. Relatar à ANCINE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da prestadora de serviço com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da ANCINE à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

15.1. O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da ANCINE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº. 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

15.2. O representante da ANCINE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 02, de 2008, quando for o caso.

15.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no §1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15.6. O representante da ANCINE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela prestadora de serviço ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15.8. As disposições previstas neste item não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.9. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da prestadora de serviço, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da ANCINE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

16. CUSTO ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. O custo estimado da contratação terá o valor máximo global definido a partir de pesquisa de preço, pertinente ao objeto a ser contratado.

16.2. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ANCINE, para os exercícios de 2017.

17. HABILITAÇÃO TÉCNICA

17.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deve(m) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da prestadora de serviço para o desempenho das atividades similares e compatíveis em quantidade com o objeto desta contratação, contendo ainda nome da pessoa responsável pelo setor encarregado do objeto em questão e telefone de contato para confirmação dos dados.

17.2. Serão exigidos Atestados de Capacidade Técnica que comprovem que a prestadora de serviço possui experiência na execução do mesmo, e de que essa experiência alcança um volume igual ou superior a 20 (vinte) postos de serviços.

17.3. O conjunto de atestados deve cobrir período de 36 meses, de modo a comprovar experiência não inferior a 3 anos.

17.4. Os atestados e documentos apresentados poderão ser diligenciados pela ANCINE, com a finalidade de verificar a veracidade das informações constantes nos mesmos. Nesse procedimento, poderão ser exigidos todos os insumos (contratos, ajustes, solicitações de demanda, ordens de pagamento, notas fiscais, termos de aceite, planilhas, relatórios, gráficos, documentação de sistemas e ambiente operacional, sistemas informatizados, base de dados, controle de versão e outros) que comprovem a veracidade do conteúdo dos atestados. Caso seja constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados, o atestado será considerado. Caso fique caracterizada atitude inidônea da prestadora de serviço, essa estará sujeita às penalidades previstas na legislação.

17.5. Não serão considerados os Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a prestadora de serviço.

17.6. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica, para fins de habilitação, deverão ser apresentados em documento timbrado, atestando ainda que os serviços foram executados com bom desempenho e cumprimento a contento das obrigações contratuais, sendo apresentado(s) em via original ou cópia autenticada.

18. SIGILO E SEGURANÇA

18.1. A prestadora de serviço deverá seguir os procedimentos de segurança, tais como:

18.2. Credenciar junto a ANCINE, seus empregados autorizados a retirar e a entregar documentos, bem como daqueles que venham a ser designados para prestar serviços nas dependências da ANCINE;

18.3. Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem executados na ANCINE;

18.4. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização;

18.5. Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação - TI da Administração Pública;

18.6. Adotar critérios adequados para o processo seletivo dos empregados, com o propósito de evitar a incorporação de pessoas com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança ou credibilidade da ANCINE;

18.7. Comunicar com antecedência mínima de 3 dias qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da ANCINE; e

18.8. Manter sigilo sobre todos os ativos de informações e de processos da ANCINE.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 8.666, de 1993, e da Lei nº. 10.520, de 2002, a prestadora que:

- 19.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.4. Fraudar na execução do contrato;
- 19.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 19.6. Cometer fraude fiscal; e
- 19.7. Não manter a proposta.
- 19.8. A prestadora que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 19.9. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a ANCINE;
- 19.10. Multa moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 dias;
- 19.11. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2%, de modo que o atraso superior a 25 dias autorizará a ANCINE a promover a rescisão do contrato;
- 19.12. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.13. Multa compensatória de 30% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 19.14. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 19.15. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.16. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; e
- 19.17. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 19.18. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº. 8.666, de 1993, a prestadora que:
- 19.19. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.20. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 19.21. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.22. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:
- 19.22.1. Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
- 19.22.2. Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.
- 19.23. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à prestadora, observando-se o procedimento previsto na Lei

nº. 8.666, de 1993, e, subsidiariamente, a Lei nº. 9.784, de 1999.

19.24. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à ANCINE, observado o princípio da proporcionalidade.

19.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. DA VIGÊNCIA

20.1. A contratação pretendida terá vigência de 18 meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, ou até que seja executada a estimativa total de demanda prevista neste Termo de Referência, o que acontecer primeiro.



Documento assinado eletronicamente por **Glênio França, Secretário de Gestão Interna**, em 13/06/2017, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0476989** e o código CRC **7F40AF1C**.